TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000223/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/02/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR076215/2012
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.001890/2013-55
DATA DO PROTOCOLO: 05/02/2013

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 46218.014961/2011-18

DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 01/11/2011

SINDICATO DOS TRAB TRANSP CARGA, TRAB EMPR ONIB MUNIC INTERMUN INTEREST URB TUR FRET, TRAB EMP EST ROD, TRAB EMPTRANS ESC, TRAB DIF PF, CNPJ n. 90.783.267/0001-95, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GILBERTO GODOY BOEIRA;
E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA E LOGISTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SETCERGS, CNPJ n. 92.964.451/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE CARLOS SILVANO; celebram o presente TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2013 e a data-base da categoria em 1º de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Carga Líquida**, com abrangência territorial em **Água Santa/RS, André da Rocha/RS, Anta Gorda/RS, Arvorezinha/RS, Cacique Doble/RS, Camargo/RS, Casca/RS, Caseiros/RS, Ciríaco/RS, Condor/RS, Constantina/RS, Coxilha/RS, David Canabarro/RS, Dois Lajeados/RS, Erebangó/RS, Ernestina/RS, Erval Seco/RS, Fontoura Xavier/RS, Frederico Westphalen/RS, Guabiju/RS, Guaporé/RS, Ibiaçá/RS, Ibiraiaras/RS, Ibirapuitã/RS, Ibirubá/RS, Ilópolis/RS, Jaboticaba/RS, Lagoa Vermelha/RS, Lagoão/RS, Liberato Salzano/RS, Marau/RS, Mato Castelhana/RS, Montauri/RS, Nonoai/RS, Nova Alvorada/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Nova Prata/RS, Paim Filho/RS, Palmeira das Missões/RS, Paraí/RS, Passo Fundo/RS, Pinhal/RS, Protásio Alves/RS, Putinga/RS, Quinze de Novembro/RS, Rodeio Bonito/RS, Ronda Alta/RS, Rondinha/RS, Saldanha Marinho/RS, Sananduva/RS, Santa Bárbara do Sul/RS, São Domingos do Sul/RS, São João da Urtiga/RS, São Jorge/RS, São José do Herval/RS, São José do Ouro/RS, Seberi/RS, Selbach/RS, Serafina Corrêa/RS, Sertão/RS, Soledade/RS, Tapejara/RS, Taquaruçu do Sul/RS, Trindade do Sul/RS, Tunas/RS, Vanini/RS, Vila Maria/RS e Vista Alegre do Prata/RS.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

As partes, de forma expressa e para o período de vigência deste aditamento à Convenção, ajustam-se no sentido do estabelecimento de um salário mínimo profissional, para as seguintes funções e respectivos valores:

A partir de 01 de agosto de 2012:

a) Motorista de Estrada-Carreta (carga líquida e gasosa)	R\$ 1.652,65
b) Motorista de Estrada Truck (carga líquida e gasosa)	R\$ 1.392,61

§1º. SALÁRIO MÍNIMO DE INGRESSO

As empresas ficam autorizadas a contratarem empregados com um salário mínimo de ingresso equivalente a 12% (doze por cento) inferior aos pisos ora acordados ou aos salários praticados na empresa.

O presente salário de ingresso está limitado a, no máximo, 90 (noventa) dias, findos os quais o empregado passará a receber o salário mínimo profissional ou o praticado pela empresa para a função exercida.

§2º. PAGAMENTO DE SALÁRIOS NA REDE BANCÁRIA

O pagamento dos salários dos empregados será efetuado através da rede bancária, mediante depósito em conta corrente aberta em nome do empregado, nas localidades onde haja estabelecimento bancário.

§3º. HORAS EXTRAS

A remuneração das horas extraordinárias prestadas pelo empregado sofrerá acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração da hora normal, conforme previsão do inciso XVI do art. 7º da Constituição Federal/88.

§4º. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Fica assegurado o pagamento de adicional de periculosidade aos motoristas abrangidos pela presente Convenção Coletiva do Trabalho, que transportarem os produtos regulamentados pela NBR 7500 e Portaria 204 do Ministério dos Transportes.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

A atualização salarial para o período de 01.08.2011 a 31.07.2012 é acordada em **6% (seis por cento)**, a incidir sobre os salários devidos no mês de agosto de 2011, sendo devida a remuneração, já acrescida da atualização, a partir da competência agosto de 2012.

Parágrafo Único - Através desse percentual o Sindicato Profissional expressamente reconhece para todos os efeitos legais que toda a inflação havida até 31.07.2012 foi repassada para os salários, declarando-se zerado e quitado qualquer resíduo que por ventura possa vir a ser pleiteado, nada mais sendo devido sob essa rubrica, compensando-se qualquer reajuste ou antecipação espontânea concedida no aludido período.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Seguro de Vida

CLÁUSULA QUINTA - SEGURO DE VIDA

Pactam as partes que a Cláusula Décima Terceira Seguro de Vida da Convenção Coletiva 2011/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

SEGURO DE VIDA

As empresas obrigam-se a patrocinar aos motoristas abrangidos pela presente Convenção um seguro de vida em grupo que garanta a seguridade em valor mínimo de no valor mínimo de 10 (dez) vezes o valor do Salário Mínimo Profissional ajustado nesta Convenção Coletiva, conforme abaixo:

Motorista de Estrada-Carreta (carga líquida e gasosa)	R\$ 16.526,50
Motorista de Estrada Truck (carga líquida e gasosa)	R\$ 13.926,10

Outros Auxílios

CLÁUSULA SEXTA - REEMBOLSO DE DESPESAS

Tendo em vista a data de assinatura da presente Convenção, a partir desta data, as empresas adiantarão importâncias ao motorista e demais empregados, quando em viagem, para o custeio de sua alimentação, hospedagem e/ou pernoite, nos seguintes patamares:

§1º. As despesas deverão ser comprovadas pelo motorista através de notas

fiscais, ficando a empresa obrigada ao ressarcimento de um total equivalente a R\$ 40,39 (quarenta reais e trinta e nove centavos) por dia viajado (24 horas). A empresa somente ficará obrigada ao ressarcimento do total das notas fiscais apresentadas, e até o limite referido.

§ 2º. O motorista e demais empregados, sempre que se ausentarem do domicílio da empresa, em viagem e a serviço desta, por período inferior a 24 (vinte e quatro) horas, terão o reembolso de suas despesas, também vinculado à apresentação das notas fiscais correspondentes às refeições, entendidas como tal: café, almoço e jantar, cujo reembolso é fixado em R\$ 7,63; R\$ 17,50 e R\$ 15,26, respectivamente.

§ 3º. Quando os veículos não forem dotados de sofás-cama ou cama, compromete-se a empresa a pagar pernoite, até o limite previsto no §1º desta Cláusula, devendo o motorista cumprir o disposto no art. 14 do Decreto nº. 96.044/88: □os veículos só poderão ser estacionados para descanso ou pernoite em áreas previamente determinadas pelas autoridades competentes, ou seja, nos postos de serviços situados no percurso□.

§ 4º. As importâncias a que se referem o "caput" desta cláusula, poderão, a critério do empregador, ser adiantadas mediante o sistema de refeições convênio, respeitado os limites já antes referidos.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Por decisão unânime da Assembleia Geral Extraordinária da categoria econômica, as empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Estado do Rio Grande do Sul -SETCERGS, ficam obrigadas ao pagamento de uma Contribuição Assistencial igual a R\$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais), dividida em quatro parcelas, em favor do Sindicato Patronal, necessária à instalação e/ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado e na Constituição Federal.

§1º - A referida contribuição será cobrada em quatro parcelas de R\$ 214,00 (duzentos e quatorze reais) e deverá ser recolhida através de guia própria, fornecida pelo Sindicato Patronal, vencendo-se a primeira parcela em 31.01.2013; a segunda parcela em 28.02.2013; a terceira em 31.03.2013 e a última em 30.04.2013.

A falta desses recolhimentos, nos prazos assinados, implicará na multa de 10% (dez por cento) para atraso de até 30 (trinta) dias, com adicional de 1% (um por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e despesas decorrentes de cobrança judicial que por ventura venha a ser intentada pelo Sindicato Patronal, necessária à cobrança do ora estipulado.

2º - A contribuição de que trata a presente cláusula poderá ser paga em parcela única até 31.01.2013, ficando nesta hipótese o seu valor reduzido em 15% (quinze por cento).

§3º - A empresa enquadrada legalmente como Micro Empresas e Pequena Empresa e assim registradas, gozará de uma redução de 50% (cinquenta por cento) dos valores cobrados a título de Contribuição Assistencial Patronal, sendo as datas de vencimento de tal obrigação e suas penalidades as mesmas especificadas nos parágrafos anteriores.

§4º As empresas que estiverem com RAIS negativa (devidamente comprovada no mês de maio) pagarão a título de Contribuição Assistencial Patronal o valor de R\$ 108,00 (cento e oito reais), em parcela única, conforme vencimento expresso na guia de arrecadação.

CLÁUSULA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

As empresas descontarão de todos os integrantes da categoria profissional, atingidos ou não pela presente Convenção, a importância equivalente a 01 (um) dia do salário-base, competência janeiro/2013 e, 01 (um) dia do salário-base, competência maio/2013 conforme definido pela Assembleia Geral da Categoria, recolhendo-os aos cofres do Sindicato Profissional num prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do efetivo desconto.

§1º. O presente desconto fica condicionado a não oposição do empregado. A oposição deverá ser manifestada pessoal, individual, com texto redigido a punho pelo próprio trabalhador, protocolizada exclusivamente na Secretária do Sindicato, profissional, no prazo de 05 (cinco) dias antes do efetivo desconto. Oposição encaminhada através de meios eletrônicos, Correios ou por terceiros, não será considerada válida.

§2º. Em caso de atraso no recolhimento dos valores acima, as empresas infratoras pagarão uma multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor devido, além da correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA NONA - LEI N.º 12.619/2012

As partes pactuam que até o mês de março de 2013 se reunirão a fim de revisar, por meio de Termo Aditivo, as cláusulas da Convenção Coletiva 2011/2013, haja vista a superveniência da Lei n.º 12.619/2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA DÉCIMA - FECHO DA CONVENÇÃO

Ficam ratificadas as cláusulas constantes da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada no ano de 2011, Registrada no MTE sob o nº 46218.014961/2011-18 e válida para o período compreendido entre 01/08/11 até 30/07/2013, em tudo o que não conflite ou tenha sido modificado pelo presente ADITAMENTO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

GILBERTO GODOY BOEIRA

Presidente

**SINDICATO DOS TRAB TRANSP CARGA, TRAB EMPR ONIB MUNIC
INTERMUN INTEREST URB TUR FRET, TRAB EMP EST ROD, TRAB
EMPTRANS ESC, TRAB DIF PF**

JOSE CARLOS SILVANO

Presidente

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA E LOGISTICA
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SETCERGS**

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .